

“QUAIS MAÇÃS DE FACES ROSADAS”: FREI PEDRO SINZIG E EDUCAÇÃO CENSÓRIA NA FORMAÇÃO DO PÚBLICO LEITOR BRASILEIRO

Anabelle Loivos Considera Conde Sangenis⁴²

Luiz Fernando Conde Sangenis⁴³

Resumo

“Através dos romances: guia para as consciências”, de Frei Pedro Sinzig, é uma rara peça de crítica literária, enviesada pelo olhar canônico do censor franciscano que supõe compor um “manual do bom leitor”. O curioso Index, com 21.553 verbetes que comentam a obra de 6.657 autores das mais díspares procedências, recomendava leituras sadias para o público leitor, além de apresentar os livros rejeitados, na tentativa de estabelecer uma mediação “controlada” da leitura (ou da não-leitura). Além disso, enseja reflexão sobre os processos de formação de leitores (dentro e fora da escola) no início do século XX.

Palavras-chave: Frei Pedro Sinzig; História da Educação; memória franciscana; manuais de leitura; censura católica

AS ROSY-CHEEKED APPLES: FRIAR PEDRO SINZIG AND THE CENSORIOUS EDUCATION IN THE FORMATION OF THE BRAZILIAN PUBLIC READER

ABSTRACT

“Através dos romances: guia para as consciências”, by Friar Pedro Sinzig, is a rare piece of literary criticism, skewed by the Franciscan censor’s canonical look that supposed to compose a “manual of the good reader”. The curious Index, with 21,553 entries that comment on the work of 6,657 authors from over disparate origins, recommended healthy readings for the public reader, besides presenting the rejected books in an attempt to establish a “controlled” mediation of the reading (or the non-reading). In addition, it produces reflection about the processes of the formation of readers (in and out of school) in the early twentieth century.

Keywords: Friar Pedro Sinzig; History of the Education; Franciscan memory; reading manuals; Catholic censorship.

⁴² Doutora em Literatura Comparada pela UFF, Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FE/UFRJ; analoivos@terra.com.br.

⁴³ Doutor em Educação pela UFF, Professor adjunto da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – FFP/UERJ; lfsangenis@uol.com.br

1. Apresentação

Já entraram alguma vez numa das nossas grandes livrarias do Rio? Quais maçãs de faces rosadas, em todas elas se apresentam lindos livros, de capas sedutoras e títulos sugestivos. Exercem uma quase que irresistível fascinação. Muitas mocinhas que passam, já não podem desprender o olhar da vitrina. Pedem ao pai ou ao irmão que as acompanhe; manuseiam esta ou aquela obra, folheiam esta ou aquela novidade literária, e não deixam de escolher a que mais sedutora se lhes apresente.

Horas depois o veneno começa a agir. Denuncia-se pelas faces coradas, que não sabem ocultar a sensação. Quando os pais dão fé, muitas vezes é tarde: murchou a flor da inocência. (Frei Pedro Sinzig, em prefácio ao “Guia para as Consciências”, 1923, p. 4)

O livro *Através dos romances: Guia para as consciências*, de Frei Pedro Sinzig, é um compêndio de crítica literária *sui generis*, escrita para prevenir os leitores de possíveis turbulências de espírito causadas por leituras quiçá “impróprias”. Publicado pela Editora Vozes (entre 1915 e 1923), a mesma casa de imprensa e doutrina pedagógica que o próprio Sinzig ajudou a fundar, o compêndio recomendava leituras sadias para o público católico, além de apresentar os livros rejeitados pelo leitor-censor – mas nem sempre com o mesmo destaque que deveriam merecer apenas as obras de boa cepa, como seria de esperar num tratado deste tipo.

Sob a alegação de que era preciso doutrinar os cristãos para a boa leitura, e estando à frente de um dos mais importantes centros editoriais de seu tempo (a Vozes, com seus livros, revistas e demais publicações), Frei Sinzig organizou uma verdadeira “súmula pedagógica” sobre bons e maus livros, pensada para normatizar e indexar as práticas de leitura dos que supunha ele tutelar com o tal novo “*Index*” brasileiro: os leitores ideais, católicos, apostólicos, romanos.

O interesse de Frei Pedro Sinzig pela literatura, via de regra, o faz também enveredar pelo campo da produção ficcional, sempre com o intuito de oferecer alternativas ao público católico contra a devassidão dos escritores não-recomendados por ele próprio. Seu *Index* – se não é a expressão orgânica de um programa censório da Igreja Católica brasileira, ou ao menos de uma plataforma de censura do próprio franciscanismo tupiniquim, naqueles primeiros anos do século XX – muito bem pode figurar como uma altiva expressão deste intento. E, aporeticamente, dirige-se àqueles

que, via de regra, não precisariam ser “guiados” (os que foram catequizados de acordo com a doutrina moral da Igreja), e não àqueles que ainda podiam ter o privilégio da salvação (os hereges que não partilhavam da comunhão dos fiéis).

Escritor fluente e verborrágico – teve mais de quatro dezenas de obras publicadas –, Frei Sinzig transitou pela escrita de romances, novelas, ensaios, manuais didáticos, tendo trabalhado, ainda, como tradutor, legado que deixou marcas no cotidiano escolar de sua época. A plasticidade de seu fazer literário comportava desde a produção de peças retóricas sobre composição musical até o rascunho de suas memórias, cuja edição teve notável repercussão à época: *Reminiscências de um Frade*. Nela, Frei Pedro relata as suas aventuras e andanças pelos sertões baianos, e dá a sua versão da Campanha de Canudos e dos habitantes da região que viria a ser palco de uma contenda fratricida das mais vexatórias de nossa história republicana.

Essa complexa rede de escritos tem seu ponto alto na obra (que se pretendia) de crítica literária *Através dos Romances: Guia para as consciências*, onde o frade apresenta um veto canônico e franciscano a uma infinidade de obras de ficção, sob a alegação de que era necessário orientar, literária e moralmente, os leitores cristãos. São mais de 21 mil verbetes (que correspondem cada qual a um livro diferente), que comentam a obra de mais de seis mil autores das mais díspares procedências. Implícita está, na tarefa hercúlea a que se dedica o frade, a estimulante carga de “paixão” que figura no bojo de toda a censura: o aguçar lúbrico da curiosidade, o despertar do desejo e a ansiedade de provar do “fruto proibido” – mesmo que seja necessário entoar atos de contrição depois... De certa forma, a “pecaminosa” leitura que Sinzig deseja ardentemente afastar do bom católico é ato discursivo que figurativiza a própria noção da natureza pecaminosa do leitor, contra a qual o censor acredita poder lutar, apaixonado que é pelas letras.

Cumprido ressaltar que muitos dos autores que Frei Sinzig considerava meros “lixos literários” já eram consagrados pela crítica (e também pelos leitores) da época, como Machado de Assis, Aluísio Azevedo e João do Rio. Grande parte das preocupações classificatórias do frade franciscano estava no olhar receptivo do leitor comum a tais escritos – povoados, em sua opinião, de obscenidades e valores transitórios que

destituíam os verdadeiros e perenes valores da moral e da ética cristãs. No afã de denunciar os literatos usurpadores de espaços junto ao público leitor e reclamando junto a este o alargamento para os meritórios escritos de retidão, Frei Sinzig lança-se à tarefa de, como editor, tentar esfacelar o anticlericalismo militante de boa parte das confrarias literárias de então, ligadas aos movimentos culturais que congregavam naturalistas, realistas e pós-decadentistas. A missão profética e pedagógica de lutar contra a mácula dos leitores, na visão prometeica da restauração de uma castidade de almas e leituras católicas, coloca o franciscano numa encruzilhada metodológica: é preciso “sujar-se” como “lente audaz” na apreciação destes frutos proibidos, a fim de discernir, registrar e ampliar o leque de reflexões a ser oferecido ao “pobre” e “leigo” leitor católico.

No presente trabalho, procuraremos perscrutar as passagens do guia literário de Frei Sinzig que dão ensejo a uma reflexão sobre os processos de formação de legiões leitores, dentro e fora da escola, no início do século XX, através da ótica particular de um franciscano comprometido com a causa da “leitura sã” e da “boa imprensa”. Num plano mais amplo, tal empreendimento se conforma a uma pesquisa sobre História e Memória do Franciscanismo no Brasil, que vem sendo desenvolvida por nosso grupo de pesquisa interinstitucional (UFRJ/UERJ), com a chancela do Ministério da Cultura. Esperamos fazer ressaltar, através da personagem Sinzig (também constituída como fonte de nossas audazes leituras), aspectos relativos ao discurso sobre o livro, a leitura, as letras e o imaginário sobre todos estes componentes, deliciosamente cindidos e misturados no projeto censor do frade franciscano.

2. Frei Pedro Sinzig: um homem de guerra

LOBATO, Dr. Monteiro – 12.555 – Urupês. Inofensivo. É este livro, para o qual a apresentação do Jeca-Tatu pelo Dr. Ruy Barbosa fez a maior propaganda. (Sinzig, “Guia para as Consciências”, 1923, p. 479)
BARRETO, Paulo. (...) Usa o pseudônimo de João do Rio. Publicou, em colaboração com Viriato Corrêa: 1.492 – *Era uma vez...* – Contos para crianças. São dezoito contos bem feitos e muito interessantes. O estilo encanta. Devo, porém, observar que o conto “Pelo Céu e pelo Inferno” é desrespeitoso, pondo os autores um Manuel José da Silva brigando com S. Pedro e o Diabo dizendo mal do mesmo. São passagens de

desrespeitosa ironia, por detrás das quais a criança aprenderia a chacotear com as coisas mais sagradas. Pena é que esse conto venha prejudicar o livro todo. (*Idem*, *ibidem*, p. 91)

É importante contextualizar a atuação do frade editor, quando a Igreja, no Brasil, passou a dar passos mais firmes, agora, desvinculada do Estado, que se tornara laico, com o advento da República. A virada do século XIX para o século XX – quando a Europa está vivendo a chamada “*Belle Époque*” – encontra a religião católica no Brasil em pleno processo de romanização, ou seja, experimentando a ascensão da hierarquia e o esmaecimento da participação laical.

É bom lembrar que a história da religião no Brasil é, desde os primórdios da colonização e do descobrimento, marcada por uma presença forte dos cristãos leigos. Já nos tempos da colônia, pode-se constatar, no Brasil, a presença de um catolicismo popular, surgido dentro do amplo quadro do catolicismo tradicional, mas dotado de autonomia quanto à dimensão devocional. Essa forma de vivência da fé católica no Brasil colônia traz como interessante característica o fato de ser administrada de modo especial pelos leigos, que trazem de Portugal seus santos e práticas devotas e continuam na colônia as devoções da tradição “familiar”. Nesse tipo de catolicismo, o povo católico leigo se organiza para expressar sua devoção, centrada, principalmente, no culto aos santos, nas procissões, nas romarias, promessas e ex-votos. As casas, as capelas e os santuários eram os templos desse tipo de catolicismo que uma quadrinha popular assim descreve: “*Muito santo/ Pouco padre/ Muita reza/ Pouca missa*”.

Ao lado desses leigos das camadas populares e mesmo, às vezes, confundidos e justapostos, estão também outros leigos do catolicismo tradicional, organizados em confrarias e irmandades, instituições que, embora enfraquecidas, persistem até hoje.

A organização do catolicismo brasileiro nos primeiros tempos de sua história é, portanto, marcadamente laical, sendo o protagonismo mais clerical situado em época mais recente, por ocasião da “Questão Religiosa”⁴⁴ e do início da Primeira República. A partir daí somente, é que o rosto da Igreja brasileira passa a se identificar, maciçamente,

⁴⁴ A chamada “Questão Religiosa” foi resultado de uma disputa entre alguns membros do episcopado brasileiro – adeptos do movimento ultramontano (reforçador da autoridade papal) – e o Império Brasileiro. Causou grande desgaste ao Império e à pessoa do Imperador, terminando com a prisão dos bispos do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, e de Olinda, D. Vidal Maria.

na vivência de sua fé e expressões religiosas, com o clero e a hierarquia. A organização laical brasileira no nosso século é, portanto, herdeira de toda esta longa tradição.

O processo de romanização instaura, no mundo inteiro, uma espécie de ruptura da Igreja com a modernidade e os valores liberais através do *Syllabus* de Pio IX, abrindo uma crise nos movimentos leigos como irmandades e confrarias, clericalizando-os, nos movimentos católicos populares. A maçonaria passou a receber muitos sacerdotes católicos, levantando para a Igreja uma questão espinhosa. Muitos católicos com dupla pertença à maçonaria foram excomungados e migraram para as Igrejas protestantes. Vários grupos protestantes também ingressaram em território brasileiro, assim como outras orientações religiosas não-cristãs, instaurando o pluralismo religioso no cenário nacional.

Ora, era, então, necessário orientar e proteger os cristãos católicos das doutrinas que não se coadunavam com a verdade, cuja fiel depositária era a Igreja Católica, através do seu magistério, representado pelo clero. Tais doutrinas novas, divulgadas pelos inimigos da religião e da moral católica, tinha como seu principal instrumento a imprensa. Daí, a grande preocupação da Igreja Católica, no fim do século XIX e início do século XX, de que a imprensa pudesse constituir-se numa arma ferina contra a fé cristã. Por isso, se instruíam os católicos para não assinarem ou comprarem jornais ímpios.

Percebe-se, nos discursos que circulavam a partir dos primeiros anos do século XX entre a elite eclesiástica católica brasileira, uma forte necessidade de incentivar o esforço tanto dos sacerdotes, em geral, quanto dos chamados “bons católicos” na busca por combater toda a “má imprensa”. Partindo da crença de que a leitura mais perigosa fornecida na atualidade seria a dos “maus” jornais, os clérigos, como líderes dos “bons católicos”, seriam agentes fundamentais para instruírem os fiéis sobre tão grande perigo. Era necessário fazê-los conhecer os males oferecidos pela “má imprensa”, para que, só a partir de então, ela pudesse ser desprestigiada pelos fiéis e substituída pela “boa”.

Na Encíclica *Immortale Dei*, o Papa Leão XIII já havia determinado:

A liberdade de pensar e de publicar os próprios pensamentos, subtraída a toda regra, não é em si um bem com que a sociedade tenha a congratular-se; antes, porém, é a fonte e a origem de muitos males. Não é permitido trazer a lume e expor aos olhos dos homens o que é contrário à virtude e à verdade, e muito menos ainda colocar essa licença sob a tutela e proteção das leis. (1.º de Novembro de 1885, p.3)

Por isso, visando a combater essa má imprensa, a Igreja se mobiliza no sentido de propagar, entre os católicos, impressos de difusão e preservação da fé cristã.

Leão XIII assim se expressava, em documento intitulado “Sobre a Imprensa”:

Visto que o principal instrumento de que os inimigos se valem é a imprensa, em sua grande parte inspirada e sustentada por eles, é necessário que os católicos oponham a boa imprensa à má imprensa para que a defesa da verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da Igreja (...). Já que os perversos, principalmente em nossos tempos, abusam dos jornais para a difusão das más doutrinas e para a depravação dos costumes, considerai como vosso dever usar os mesmos meios: eles, indignamente, para a destruição; vós, santamente, para a edificação. Certamente será de muita utilidade que pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações cotidianas ou periódicas; uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão de professar publicamente e defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação. (Documentos Pontifícios, 1959, p. 9-10)⁴⁵

Frei Pedro Sinzig ouviu o Papa Leão e veio ao socorro dos fiéis, com seus livros, jornais e demais publicações, inclusive de cunho didático, para a defesa da verdade da religião e salvaguarda dos costumes. Assume esta luta santa utilizando como arma sua pena e sua prensa. De fato, Sinzig era um homem de personalidade forte: “*não me considerem homem de paz e sim de guerra*”, afirma sobre si mesmo.

É, portanto, de absoluta necessidade, para se combater com iguais armas, opor escritos a escritos: poder-se-ia, desta forma, rebater os ataques, desvendar as perfídias, impedir a contaminação dos erros e inculcar o dever e a virtude. Por isso, seria conveniente e salutar que cada região possuísse seus jornais próprios, que fossem como que os campeões do altar e do lar, fundados de modo a não se afastarem jamais da

⁴⁵ DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. Leão XIII – Sobre a Imprensa. Petrópolis-RJ: Vozes, 11 de março de 1959. pp. 9-10

fiscalização do Bispo, com o qual diligenciaríamos em ir avante justa e sensatamente de acordo. O clero deveria favorecê-los com sua benevolência e levar-lhes os recursos de sua doutrina, e todos os verdadeiros católicos deveriam tê-los em alto apreço e prestar-lhes a sua cooperação, segundo suas forças e suas possibilidades.⁴⁶

Em 29 de janeiro de 1910, Frei Sinzig funda um veículo de combate à imprensa não-católica: o “Centro da Boa Imprensa – Sociedade Cooperativa de Produções”, de responsabilidade limitada. O principal fim da instituição era o de propagar a “boa imprensa” e difundir a “sã leitura”, no território nacional. A ascensão da imprensa no meio social e essa percepção da Igreja Católica de que era necessário estar à frente deste novo conceito de comunicação de massa criaram uma polarização que, na prática, servia para, didaticamente, orientar os leitores católicos sobre que tipo de leitura seria aprazível e conveniente ao espírito cristão. Tudo o que fosse publicado e estivesse de acordo com os preceitos da Igreja e seu discurso oficial, além de ter a supervisão de algum representante do clero, era digno de ser lido. O bom católico (assim como o bom burguês, numa analogia à formação de leitores no escopo do romantismo) deveria, então, ler apenas aquilo que era recomendado pelo *index* da “boa imprensa”, para salvação de sua alma.

O Centro fez publicar as revistas mensais “A Resposta” e “A União”, a revista quinzenal dedicada ao público infantil “O Beija-Flor” e a “A Tela” (1919) – revista semanal distribuída por todo o território nacional, com o objetivo de “*combater os abusos na exibição de filmes nos cinematógrafos*”, de modo a “sanear” as películas exibidas. Utilizou os mesmos critérios do livro *Através dos Romances...*, e dividiu os filmes nas categorias Drama e Comédia, classificando-os como “inofensivos”, “com ressalvas” e “prejudiciais” ao espectador católico. Também intencionou criar um jornal católico denominado “O Diário”, mas seu intento não prosperou. De orientação católica, “O Diário” teria objetivos bastante pretensiosos: tornar-se líder entre os jornais da capital da República, a fim de combater as “tendências perversas” que surgiam naquele

⁴⁶ DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. Leão XIII – Sobre a Imprensa. Petrópolis-RJ: Vozes, 11 de março de 1959. pp. 13-4

novo contexto brasileiro, na salvaguarda da moral católica nas questões sociais e contra o “Deus Modernidade”.⁴⁷

Esse movimento censório não é privilégio da Igreja brasileira: o Vaticano mesmo concebeu e orientou políticas classificatórias de materiais publicados, a ponto de, entre abril e outubro de 1936, o Papa Pio XI ter autorizado a realização de uma “Exposição Mundial de Imprensa Católica”, o que demonstra o interesse do alto clero na difusão dos discursos católicos através da imprensa. Isso bem denota certo visionarismo do Sumo Pontífice, no sentido de vislumbrar a face “globalizante” da imprensa e da literatura, e de como ter nelas um aliado para a evangelização e a consolidação dos valores católico-cristãos.

2.1. Sinzig e o apostolado da leitura

Arauto desta interlocução da Igreja com os meios de comunicação de seu tempo, Frei Pedro, como era chamado, nasceu na romântica cidadezinha de Linz, às margens do Reno, a 29 de janeiro de 1876. Naturalizou-se brasileiro a 9 de fevereiro de 1898, às vésperas de sua ordenação sacerdotal, na Bahia. Pertenceu ao grupo dos primeiros franciscanos alemães que restauraram a Província Franciscana, que quase foi extinta por absoluta falta de quadros, uma vez que os velhos frades morriam e o Império Brasileiro proibia novos ingressos nos conventos. Sinzig veio para cá ainda noviço, em 1893, a bordo do “Leipzig”.

O frade editor dividia o seu tempo pregando missões, fazendo conferências, dirigindo retiros espirituais e cultivando a música. Dedicou-se, ainda, ao jornalismo católico e às letras. Saíram de sua pena os mais diversos gêneros literários, da obra religiosa ao romance e à novela, dos assuntos históricos e geográficos aos da arte.

Ao longo de sua vida, Sinzig publicou cerca de quatro dezenas de obras, tendo escrito 14 romances e contos, 18 livros instrutivos e didáticos, 7 biografias e vidas de santos, 7 devocionários e livros religiosos e 16 traduções, além contribuir

⁴⁷ SANTOS, Maria Margarete. “Frei Pedro Sinzig – o apóstolo da boa imprensa.” Trabalho apresentado no I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 7ss.

periodicamente para revistas religiosas e ter chegado a compor 85 peças musicais.⁴⁸ Destacamos apenas uma parcela de suas obras, cujos títulos nos dão a dimensão variada de sua produção: *A Caricatura na Imprensa Brasileira, Pelo Brasil e pela Fé, Frei Fabiano de Cristo, Tempestades, Os nossos Escritores, O Nazismo sem Máscara, Pela mão de uma menina, O Zepelim e o cão de casa, O mês de maio e a Folhinha e De automóvel para o céu.*

Frei Pedro atuou como jornalista nato. Em abril de 1902, fundou o “Cruzeiro do Sul”, em Lages-SC, que contrastava em ideias e comentários com os outros dois órgãos locais, sendo um porta-voz da política local, e outro, da maçonaria. Mais tarde, em Petrópolis, deu decisiva contribuição à recém-criada Editora Vozes, dando nova orientação à revista “Vozes de Petrópolis”, que ele dirigiu por 12 anos (1908-1920).

Foi o organizador do 1.º Congresso Nacional dos Jornalistas Católicos, e foi nesse evento que lançou as bases do “Diário Católico”, na capital do País. Desde então, desdobrando-se em rara capacidade de trabalho, colaborou com quase todos os jornais do Brasil. Para maior e melhor organização desse veículo diário, seguiu para a Europa, em 1910, fazendo diversas conferências em que apresentava o Brasil como um grande país de possibilidades espirituais e artísticas. Lá, angariou recursos e adquiriu uma rotativa para a impressão do futuro jornal.

Sempre polêmico, em razão dos seus artigos, em defesa dos alemães, no período da Primeira Guerra Mundial, foi silenciado pela Igreja. Em 1920, foi obrigado a deixar o país. Dois anos após o exílio forçado, retornou ao país e, ao ver malogrados os seus esforços pela fundação de um grande diário católico na cidade do Rio de Janeiro, passou a dedicar-se, exclusivamente, à música, sua grande paixão.

Tornou-se conhecido por grande parte de artistas e intelectuais como músico, compositor, musicólogo, regente de coros e de orquestras, professor e diretor da Escola de Música Sacra, além de redator da sua própria revista, sob o título: “Música Sacra”,

⁴⁸ Cf. PAIVA, Aparecida. A voz do veto: a censura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1997. pp. 31-53

através da qual cultivou a crítica musical por mais de 12 anos. Ocupou a cadeira número 5 da Academia Brasileira de Música, da qual foi membro fundador.

Mas é o Frei Sinzig do “Centro da Boa Imprensa” a personagem que focaremos aqui, e que trabalhou, incansavelmente, para sedimentar esses valores moralizantes no intuito de “... *promover a cultura e combater a ignorância*”, numa tentativa de fazer valer a moral católica como crivo fundamental para o cristão se relacionar com a produção escrita. Com o aumento da taxa de alfabetizados, a partir da década de 20, era necessário orientar as leituras, para que a formação do leitor-padrão (piedosamente católico) se consolidasse, afastando-o das más leituras, como as que ofereciam os romances naturalistas franceses – que tanto sucesso faziam entre as leitoras, principalmente.

Depois de uma vida inteira dedicada a esta pedagogia quase apostólica da escrita e da leitura, Frei Pedro Sinzig faleceu a 8 de dezembro de 1952, em Düsseldorf, Alemanha. Os restos mortais do frade franciscano foram trazidos da Alemanha e encontram-se depositados, desde o dia 18 de dezembro de 1952, no Cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.

3. A história sob a lupa censória: livros, escola, formação de leitores e memória de leitura

A aculturação escrita das sociedades ocidentais teve de conviver com a persistente ideia de que a disseminação do saber equivale a uma profanação. A difusão da capacidade de ler e escrever e a multiplicação de materiais impressos afligem os clérigos, eclesiásticos ou seculares, que pretendem monopolizar a produção ou a discussão do conhecimento. Uma primeira formulação dessa ambição é a do cristianismo, que faz dos clérigos os únicos intérpretes autorizados dos segredos de Deus, da natureza ou do Estado. (Chartier, “As práticas da escrita”, 1991, p. 125.)

A escola é *locus* indiscutível para estudos e pesquisas sobre práticas culturais, como a leitura, a escrita, a circulação e apropriação dos livros. No Brasil, esse consórcio entre a escola e mundo da leitura, da escrita e do livro, historicamente, foi sempre

bastante evidente. O livro “*caindo n’alma*”⁴⁹ das gerações e gerações que passaram pelo processo de escolarização – mais vertiginoso a partir das primeiras décadas do século XX, para justificar a necessidade de afirmação do “novo” discurso republicano – é a metáfora mais pertinente deste movimento em torno do letramento literário ou não das populações, empreendido pelo Estado e aplicado como “pedagogia dos espíritos” em espaços coletivos, quer fossem eles laicos ou não, mas sempre assinalando o protagonismo da instituição “escola” neste campo de formação de leitores.

A atividade da leitura, notadamente, representou riscos em potencial para a ordem do Estado e da Igreja. Vale ressaltar que, até a chegada da família real portuguesa ao Brasil, nos idos de 1808, era obstinada a perseguição a toda e qualquer atividade tipográfica. A estratégia de censura era simples, porém efetiva: bloqueava-se qualquer possibilidade de edição de livros que fossem ofensivos à monarquia, à moral e à religião. Por meio dessa prática, impedia-se o livre trânsito de ideias e, por conseguinte, fazia-se do homem colonizado um cativo de leituras, um assujeitado do ponto de vista cultural – o que significava torná-lo submisso também nos planos econômico, social e político.

Mas o contexto histórico de uma pesada investida educacional, em plena passagem do século XIX para o século XX – para marcar a entrada do Brasil no foro das modernas nações republicanas –, passa a distinguir o surgimento de um público leitor ampliado quantitativa e qualitativamente, além de apontar para o privilégio e a plena recepção do romance⁵⁰. Era este o gênero que, no escopo literário, liderava as publicações, constituindo-se como expressão literária clássica da sociedade burguesa. O público-alvo deste gênero era o feminino, muito embora isso não denotasse, necessariamente, a exclusividade da leitura por mulheres: tratava-se, antes, do

⁴⁹ Trata-se de parte de “O livro e a América”, poema ufanista de Castro Alves, poeta e arauto deste visionarismo letrado trazido pela “novidade” da República que então se estabelecia: “Por isso na impaciência/ Desta sede de saber,/ Como as aves do deserto/ As almas buscam beber.../ Oh! Bendito o que semeia/ Livros... livros à mão cheia.../ E manda o povo pensar!/ O livro caindo n’alma/ É germe — que faz a palma,/ É chuva — que faz o mar (...)”. In: <http://www.revista.agulha.nom.br/calves05.html>. Acessado em julho de 2010.

⁵⁰ Vale destacar que a análise do Romance como expressão cultural e literária da classe burguesa e de sua concepção individualista do mundo são temas tratados por Georg Lukács, no clássico A teoria do romance, e também por Walter Benjamin, no ensaio O narrador.

incremento de um tipo de ficção que cairia no gosto popular, dada a sua verve romântica, seus enredos lineares e, de certa forma, exemplares.

Esta expansão do interesse por livros esbarra, entretanto, em certas aporias vinculadas à tradição cultural ocidental, que sempre incentivou o acesso à leitura, mas, doutra parte, sempre revestiu essa “autorização” de uma certa tutela disciplinante e, até mesmo, castradora. O aspecto coercitivo deste movimento “tutelado” deu espaço, assim, a matizes censórios, a partir do momento em que se “franqueava” o acesso aos livros, mas ainda se negava, por exemplo, às mulheres, a possibilidade da escrita – e, por conseguinte, o exercício da liberdade, através da possibilidade de uma comunicação aberta e da troca de ideias entre interlocutores os mais diversos.

Mas para que os “*livros à mancheia*” caíssem às mãos das jovens gerações formadas pela escola, ainda que sob a tutela da Igreja ou do Estado, era necessário um trabalho técnico, sob a guarda dos ideólogos da República que se pretendia fazer firmar através destes e de outros documentos impressos. Prensas, papéis, créditos, traduções, compêndios, montagem de equipes editoriais etc., tudo isto ainda era um problema para a incipiente Imprensa brasileira, oficial ou privada. Havia, ainda, o problema crônico do alto índice de analfabetos, contrastando com o processo de alfabetização em massa ocorrido nas principais cidades européias: no Brasil, até o final do século XIX, a população de analfabetos era de mais de 80%. Olavo Bilac, em texto constante de sua antologia de discursos, atenta para a gravidade do fato de que apenas uma mínima parcela da população tinha acesso à instrução escolar, por esse momento:

As últimas estatísticas, dando ao Brasil uma população total de vinte milhões e duzentas e quinze mil almas, demonstram que, em toda a extensão do país, todos os estabelecimentos de ensino, incluindo o ensino público e o particular, o civil e o militar, o primário, o profissional, o normal, o secundário, o superior, tinham, em 1907, ano em que se operou o censo, a matrícula de 624.064 alunos; e isto quer dizer que a pouco mais de dois e meio por cento da população é ministrado o favor do ensino.⁵¹

⁵¹ BILAC, Olavo. A defesa nacional. Discursos. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 136-7. Apud LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 156.

Dados estatísticos⁵² revelam que, ainda nas primeiras décadas do século XX, de cada mil habitantes em idade escolar (leia-se, aptos a cursar o ensino primário), somente 137 estavam matriculados nos colégios. Mais assustador é o número de alunos que efetivamente frequentavam as aulas: apenas 96. De cada 100 brasileiros, apenas 16 sabiam ler. Esses números ainda poderiam ser piores nas regiões periféricas do país. É fato que a Capital Federal de então, o Rio de Janeiro, ainda salvava os índices do malogro total: em 1920, 61% da população eram alfabetizados, mas a insatisfação com as políticas educacionais e de letramento não escapava ao olhar crítico dos intelectuais da época, como se lê em depoimento literário de Coelho Neto:

- Dizem que a população do Brasil é de treze milhões.
- Mais ou menos.
- Pois bem: doze milhões e oitocentos mil não sabem ler. Dos duzentos mil restantes, cento e cinquenta leem livros franceses, trinta leem tradução, quinze mil leem a cartilha e livros espíritas, dois mil estudam Augusto Comte e mil procuram livros brasileiros.
- E os estrangeiros?
- Ora, não leem!
- Não leem! Isto é um país perdido.⁵³

A indignação das personagens dialogantes de Coelho Neto revela a preocupação com uma realidade recôndita da “modernidade” que se pretendia legitimar: o enorme contingente de párias que a sociedade republicana não conseguia absorver, como os recém-libertos escravos e os mulatos, além dos emigrantes que aportavam no sonho do Brasil cafeeiro – grupos muitos distintos e que, talvez por isso mesmo, não contavam para as estatísticas deste projeto ainda embrionário de Educação/alfabetização. De qualquer maneira, o novo cenário social e político abarcava todas essas contradições, no seio das quais evoluía em quantidade um também novo público leitor, que era necessário formar, educar, orientar – em nome da ordem e do progresso da pátria.

Novamente, em plena era de uma pretensa luminosidade de ideias republicanas, a leitura acaba por estar sob tutela, sendo utilizada como mecanismo

⁵² Os detalhes destas pesquisas estatísticas encontram-se em LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

⁵³ NETO, Coelho. “A Conquista”. Apud MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira*. São Paulo: Grijalbo/EDUSP, 1973. pp. 291-2

formador da moral do progresso e de um sentimento nacional-ufanista que desse suporte ao discurso da nova ordem política. Nesse sentido, nada mais “natural” que aparecessem diversos manuais de leitura que pudessem orientar as mentes em formação (nas escolas) e aquelas que precisavam refinar suas leituras (mulheres consumidoras de romances franceses e outros leitores menos abalizados). Também nada mais “natural”, portanto, que um frade franciscano se atrevesse a compilar um guia de leitura para as consciências, pensando a princípio num interlocutor católico-apostólico-romano, mas intuindo que também leitores à deriva pudessem ser “resgatados” para a “boa imprensa” através de seu portentoso trabalho de catalogação e classificação de livros, autores, textos e contextos. Falamos de Frei Pedro Sinzig, um autodeclarado missionário da palavra escrita e guardião das obras sãs que fariam com que intactas permanecessem as mentalidades daqueles que por elas se deixassem guiar.

É curioso notar que, ao passarmos de um discurso de tutela do Estado (através da educação das novas gerações) para um discurso de tutela da Igreja (através de um projeto explícito de “catequese literária”, como o do Frei Sinzig), os parâmetros de censura às práticas de leitura não mudam substancialmente. Trata-se de operadores diferentes, mas que confirmam o fato de, ao longo da história, a leitura ter sido objeto de temor para as instituições e seu *status quo*. No caso da Igreja Católica, foi sua constante preocupação admoestar e advertir os fiéis quanto às poucas chances de salvação de suas almas, caso não se acautelassem diante das armadilhas do texto escrito. O fôlego classificatório de Sinzig, sob esta perspectiva, assentava raízes em pressupostos morais e fundantes dos princípios religiosos: o bastião sagrado do lar, a intocabilidade da fé católica e a indissociabilidade da família brasileira. Era preciso educar o rebento na doura revelação cristã e guardá-lo das influências desagregadoras do “mundo moderno”, que o desviassem de sua caminhada rumo à santidade.

Para isso, passava a valer a pedagogia do “não lerás”: a verdadeira e integral educação, aquela que formaria o espírito cristão, deveria ser orientada por quem intelectualmente se encontrava “acima da média”, no quadro já descrito de analfabetismo gritante. Em outras palavras, era dado ao clero (por seus próprios representantes) o pátrio poder de escolher, catalogar e orientar as leituras dos fiéis, nos

templos, e das crianças, nas escolas confessionais. Todo o apostolado de Frei Sinzig, aqui tomado como exemplo deste intelectual católico, se concentrou na luta pela formação de uma “mocidade” que aprendesse a dominar as emoções mesquinhas e sensualizadas, além de abominar as futilidades da vida material e fiar-se inteiramente nas virtudes e carismas da sã juventude. A ufanía cristã, almejada pelo guia de leitura preparado com tanto esmero por Frei Sinzig, correspondia, então, ao espírito ufanista em voga na recém-proclamada república. Numa via de mão dupla, e mesmo sendo tão contraditórios entre si, ideais positivistas e revelações católicas concorriam para um objetivo comum: a realização plena do cidadão/cristão, através da disciplina e da obediência aos sistemas socioculturais vigentes.

Que leitor tinha em mente Frei Sinzig, ao esboçar o seu *Através dos romances: Guia para as consciências*, cuja primeira edição pela Vozes data de 1915⁵⁴ e no qual são comentados, em pequenos verbetes, 11.863 livros condenados ou recomendados, de 5.150 autores, em 1.034 páginas, baseando-se no critério moral da igreja católica? Para tentarmos esboçar uma resposta, é possível dizer que o leitor é sempre intuído pelo autor, pelo comentador e pelo editor como alguém submetido a uma leitura autorizada, ou, em outras palavras, há uma expectativa de uma “leitura em linha reta”, que demande respostas de leitura previsíveis e controláveis (na esteira da tutela ideológica, que já comentamos). Daí, a utilização de artifícios de tutela leitora os mais variados, como prefácios, advertências, glosas e notas, mas que muitas vezes não são assim tão explícitos. Segundo Chartier, um texto desta natureza “...põe em prática uma leitura plural que retém os sentidos morais de uma história capaz de orientar a existência individual, que sabe entender na primeira pessoa aquilo que é proposto a todos.”⁵⁵ Parece-nos que o intento de Frei Sinzig era exatamente este: propor, com seu *Guia*, um sistema classificatório que orientasse as leituras de quem integrava o projeto educacional e religioso das novas gerações de católicos e, por extensão e otimismo, também dos não-católicos.

⁵⁴ Na segunda edição, de 1917, bem como na reimpressão de 1923 (última de que se tem notícia), ambas também pela Editora Vozes, esses números saltam, respectivamente, para impressionantes 17.766 e 21.553 livros, e 5.541 e 6.657 autores.

⁵⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel & Bertrand Brasil, 1988. p. 123

É mister ressaltar que, assim como a leitura, também a escrita teve lugar de destaque, na escola, como um dos instrumentos pedagógicos capazes de moldar, nos pequenos, modos de ser e de agir de acordo com os princípios do catolicismo. Mignot, Bastos e Cunha (2000) mostram que, desde o século XIX, a escrita era incentivada pelas famílias, pelos professores e pelos educadores, os quais estimulavam a anotação aleatória dos acontecimentos mais importantes do dia, a manutenção de diários íntimos ou mesmo a troca de correspondências entre colegas de classe. Estes registros demonstram uma prática social ancorada na experiência pessoal e intransferível de inserção no grupo social (inclusive o religioso), mas que ainda assim sofria a influência de mestres e guias espirituais, autoproclamados como autoridades capazes de guiar consciências em formação. Assim é que Sinzig, imbuído da dupla missão de apóstolo e professor, orienta e ensina ao leitor sobre como se safar nas linhas e entrelinhas das obras literárias que lhe caíssem às mãos, sorvendo delas aquilo que lhe parecesse justo e bom. A leitura, assim como a escrita, tem, neste esquema pedagógico, um lugar destacadamente convencional, passando a servir a propósitos explicitamente catequizantes – o que reforça, por outra via, a predileção por certo convencionalismo literário que se emparelhasse ao discurso religioso que se autoriza a analisar o discurso da literatura. Segundo Aparecida Paiva, Frei Sinzig partia do pressuposto de que

(...) os livros são perigosos, mas o mais grave é que os leitores católicos são fracos e frequentemente inocentes. O livro e a imprensa tornam-se, então, duplamente perigosos porque podem alcançar “todo mundo”, explicitando os vetores principais de uma crise de valores e de costumes que deixa entrever um mundo que poderia, de maneira definitiva, na mais se ordenar ao redor da crença religiosa e da ordem católica. Daí a necessidade de triá-los, para que funcionassem como dispositivo de propagação da fé cristã e de seus valores, assegurando a existência pública da igreja face aos adversários ou diante dos indiferentes.⁵⁶

Daí, a obstinação de Sinzig pela leitura de romances considerados pela Igreja Católica como “honestos”, tanto quanto os negativados pela instituição. O desafio a que

⁵⁶ PAIVA, Aparecida. A voz do veto: a censura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1997. pp. 67-8

se impôs – o de resgatar a preferência dos fiéis para as boas e sacras leituras – veio a reboque de uma dedicação sem par à edificação de uma estrutura editorial que mantivesse o padrão de qualidade e as orientações católicas de leitura, o que se traduziu na modernização e ampliação dos braços editoriais da Vozes, alçada por Sinzig à condição de uma das mais importantes editoras nacionais, já no início do século XX. Todo o apostolado do frade alemão voltou-se para esta utopia da leitura e da escrita: o estabelecimento de um *index* de livros que deveriam estar disponíveis nas bibliotecas paroquiais e nas escolas mantidas pela Igreja. O próprio Sinzig julgou-se, na raras vezes, capaz de assinar tratados de bons sentimentos cristãos, panegíricos, manuais didáticos e obras de valor edificante, não por acaso tendo toda a receptividade do conselho editorial da “sua” Vozes. O fato é que, para guiar consciências pelos tortuosos caminhos das letras, o frade franciscano não poupou esforços nem tintas, colorindo de metáforas inventivas e assertivas peremptórias o julgamento das leituras, até mesmo as que se supõe que ele não fez. Vale citar o exemplo da obra catalogada no *Guia para as consciências*, no espaço destinado ao imortal Machado de Assis, com o título “Memorial de Brás Cubas”...

968 – Dom Casmurro. Não ousamos recomendar sua leitura.

969 – Esaú e Jacó. Romance bizarro ... o livro, de enredo pouco interessante, ressentido de espírito materialista e frívolo.

970 – Helena. (...) Embora o livro trate de assunto delicado, força é dizer que o autor na se mostra nele apenas o mestre que é, mas que também é tão discreto e sóbrio que Helena pode ser lido por todas as pessoas de alguma experiência. Não se conhece nesse romance o Assis de outros livros. (...)

973 – Memorial de Aires. (...) a leitura não é das mais interessantes, mas inofensiva.

974 – Memorial de Brás Cubas. Contém passagens inconvenientes.

975 – Memórias Póstumas de Brás Cubas. Não pode ser recomendado.⁵⁷

O fato de Sinzig comentar uma obra que jamais foi publicada por Machado de Assis dá margem a algumas interpretações ou hipóteses de leitura para seu intento classificatório no *Guia*. Uma delas é a de que ele pode não ter examinado pessoalmente

⁵⁷ SINZIG, Pedro. *Através dos romances: Guia para as consciências*. Petrópolis: Vozes, 1923. p. 72 [Negrito nosso.]

cada volume inserido em seu *Index*, recebendo colaborações de outros leitores piedosos, quer sejam eles colegas de hábito ou simpatizantes da divulgação da “boa imprensa” católica. Outra hipótese é que a profusão de colaborações recebidas por Sinzig tenha ocasionado a impossibilidade de checagem de todas as informações coletadas. Ou, ainda, que esses colaboradores tenham se baseado em outros manuais classificatórios ou resenhistas pouco confiáveis, tendo deixado passar equívocos que, involuntariamente, foram repetidos em sucessivas edições de guias literários como o do frade franciscano.

O registro, mesmo equivocado, no entanto, nos fornece pistas sobre o processo de escrita do autor, para o qual importava mais a prática censória em si do que a análise minuciosa (incluindo-se, aqui, o aspecto literário) dos textos arrolados em seu *Guia para as consciências*. Atentemos, a seguir, especificamente para esta obra, que apela de forma direta, desde o seu título, aos formadores de leitores (pais, professores e, não raro, normalistas e futuras docentes) e aos formadores de opinião (autoridades civis e eclesiásticas), responsáveis pela leitura das novas gerações, além de importante balizador para leitores mais difusos, interessados de alguma forma em juízos críticos desta natureza.

4. **“através dos romances: guia para as consciências” – do verbo ao veto**

Leitor amigo: Se fores homem experiente e pouco assustadiço, conhecedor das misérias humanas e amante da verdade ainda que amarga, podes entrar sem susto pelas páginas deste livro que não encontrarás nelas nada que te seja desconhecido ou que te possa molestar. Mas se és alma pia e assombrada, se ainda não saíste desses limbos do entendimento que engrendra, não tanto a inocência do coração como a falta de experiência; se a nudez da verdade te escandaliza, ou fere teu amor próprio a sua rudeza, detém-te, então, e não passes adiante sem ouvir primeiro o que te devo dizer.

Porque temo muito, leitor amigo, que, sendo tu assim, e te não convencendo as minhas razões, mais de um sobressalto te espere nas páginas deste livro. (Sinzig, “Guia para as Consciências”, 1923, pp. 13-4)

É assim, tergiversando sobre sua própria prática discursiva, aliciando o “amigo leitor” para uma leitura em que se entrevê um misto de pecado e redenção, que Frei

Pedro Sinzig dá o mote de seu trabalho de catalogação em *Através dos romances: Guia para as consciências*. Os plurais que marcam, no título, o gênero literário escolhido como objeto de censura (romances) e os leitores-modelos esperados por Sinzig (que têm “consciências” cristãs) acabam por invadir o projeto inteiro do frade alemão: são múltiplas as vozes que se trançam no arcabouço do texto, plurais as suas dicções, díspares as suas intencionalidades, que ora negativizam ora sacralizam livros através de desiguais (e, até mesmo, desproporcionais) apreciações críticas.

O *Guia para as consciências* conta, em sua estrutura interna, com partes igualmente plurais, que não se limitam à descrição por vezes inventiva dos verbetes ou autores selecionados pelo autor, para aboná-los ou não. Temos, logo de início, três breves páginas que funcionam como uma espécie de intróito à obra, constando com um texto do então Bispo de Niterói e outros dois do próprio Sinzig, todos eles situando a importância do trabalho classificatório realizado pelo frade. Nas 22 páginas seguintes, há uma série de textos sem assinatura, mas que pressupõem a autoria de Sinzig, em que o enunciador tenta, ao feitiço das narrativas exemplares, articular metáforas de bons e maus frutos a livros piedosos e perigosos, nesta ordem.

Logo depois, em longas 749 páginas⁵⁸, Frei Sinzig dá vazão à sua verve censória e lista os autores por ele analisados, dispostos em ordem alfabética por sobrenome, procedendo à análise que ele julgava “justa” de suas obras. Há, ainda, um índice alfabético com entrada por títulos de livros, que somam 228 páginas, e a transcrição de alguma recepção crítica ao trabalho do frade, em quatro páginas, todas claramente favoráveis ao conteúdo do *Guia*. Por último, com seis páginas, existe a estratégica reprodução de um “catálogo de bons livros” da Editora Vozes, em que se leem indicações de obras sobre vidas de santos, sugestões para uma biblioteca ascética e de livros escolares, “... compilados, segundo autores modernos, pelos professores da Escola

⁵⁸ Na reimpresão de 1923, edição que aqui nos serve de suporte, somam-se a estas mais de setecentas páginas mais 17, provavelmente um suplemento com autores que ficaram de fora das outras duas edições.

Gratuita de São José, em Petrópolis, e adotados em inúmeras escolas dos diversos Estados do Brasil".⁵⁹

Fica clara a ancoragem discursiva pretendida por Sinzig ao enunciar a qualidade de seu trabalho também como editor, principalmente entre escolas e professores do país inteiro, no caso dos livros didáticos. Numa via de mão dupla, o frade legitimava seu próprio *Guia* literário e conferia autoridade aos anônimos autores da escola petropolitana, acolhidos na listagem privilegiada da Editora Vozes. Para a promoção daquela que julgava ser "a boa imprensa" para a infância, Pedro Sinzig acabava por corroborar estatutos educacionais já estabelecidos, como o próprio Regulamento Régio de Instrução Pública, de 1852, que prescrevia normas bastante específicas para a instrução escolar e para a leitura como sua atividade principal. No documento, sinteticamente, lê-se que a instrução pública deveria ocupar-se, em seis classes:

a) do ensino das letras, sílabas e nomes; algarismos e números em letra manuscrita e de tipografia; b) de leitura de pequenos compêndios impressos e provérbios manuscritos; traços de caligrafia e letras a bastardo; princípios de doutrina cristã; tabuada e as quatro operações aritméticas em números inteiros; c) leituras de manuais impressos; cartas manuscritas; escrituras a bastardo e bastardinho; doutrina cristã; operações de aritmética sobre quebrados ordinários, decimais e complexos; princípios de gramática racional; d) leitura do catecismo e história sagrada; escrita em cursivo; doutrina cristã; gramática de língua nacional; proporções aritméticas; e) as mesmas matérias e doutrinas; regras de três em aritmética; primeiros traços geométricos aplicados às artes; princípios de história natural e do Brasil; f) continuação de todas as matérias; leituras de poesias; noções gerais de geografia."⁶⁰

Sob esta perspectiva, o lugar da leitura esteve sempre bem definido na sala de aula: era o espaço da sacralização do saber, pontuado pelo catecismo, pela história bíblica e pela doutrina cristã. Desta forma, a ação pedagógica do *Guia para as consciências* de Sinzig deita-se sobre a tradição normatizada pelo Estado para o projeto de escolarização das camadas populares, e tenta agarrar-se a ela ou mesmo, ainda, ser

⁵⁹ SINZIG, Pedro. *Através dos romances: Guia para as consciências*. Petrópolis: Vozes, 1923. pp. 1.023-4

⁶⁰ PRIMITIVO, Moacyr. [A Instrução e as Províncias \(Subsídios para a História de Educação no Brasil\)](#). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 3 v. p. 27

capaz de ampliá-la, em pleno momento de distensão das relações entre Estado e Igreja. O que pareceria uma contradição acaba por configurar-se num instigante projeto de revalidação do discurso católico, a partir do *locus* privilegiado da escola e ao par com o projeto de reapropriação da imprensa a favor da fé e dos princípios cristãos. Daí, o leitor pressuposto de Sinzig aparecer delineado logo nas primeiras páginas de seu trabalho: jovens ou crianças a orientar pelas mais distantes classes deste imenso Brasil:

Inúmeras vezes, quem folhear estas páginas, encontrará, mesmo com relação a obras de autores sérios, a nota “reserva”, “perigoso”, ou termo semelhante. São maus estes livros? Muitas vezes não prejudicariam o leitor adulto, sensato, que o lesse por algum justo motivo. O chefe de família, porém, preferirá para seus filhos um livro que seja de todo inofensivo, a outro que possa impressionar mal. E como o pai, assim agiria para seu próprio uso toda a consciência delicada.⁶¹

Por ter sido escrito e por ter circulado entre pais, professores, alunos e escolas (não só religiosas, mas também laicas) do início do século XX, o *Guia* de Sinzig materializa o discurso normatizador da Igreja sobre questões de leitura. Reunindo mais de vinte e uma mil obras, certamente o trabalho do frade contemplou livros que habitavam as estantes das bibliotecas escolares, das coleções particulares e das casas dos leitores comuns. E, habitando tais espaços físicos, passavam a povoar também o imaginário de sucessivas gerações de leitores, quer estivessem ao alcance da ação catequética pressuposta pelo discurso censório ou fora de suas garras. Como destaca Heller,

Um dos grandes méritos do *Guia*, portanto, é o de ter esboçado a literatura em circulação nos mais diversos ambientes, o que o torna um documento precioso para começar a desvendar obras e autores que possivelmente compuseram o cenário literário das décadas de 10 e 20 (...) – período ao longo do qual o público brasileiro experimentava diversas transformações sociais.⁶²

Se a Vozes, sob a gerência de Frei Sinzig, passa a operar metalinguisticamente, ou seja, editando livros que orientam leituras – o que fatalmente levaria ao incremento

⁶¹ SINZIG, Pedro. Através dos romances: *Guia para as consciências*. Petrópolis: Vozes, 1923. p. 2

⁶² HELLER, Barbara. Em Busca de Novos Papéis: Imagens da Mulher Leitora no Brasil (1890-1920). Tese de Doutorado, Campinas/São Paulo, Pós-Graduação em Teoria Literária, UNICAMP, 1997. p. 130.

de seu catálogo didático –, não foi, entretanto, a pioneira neste seara. Só a casa Garnier fora responsável, em 1885, por 21% dos títulos usados nas quase três mil escolas no Brasil. Talvez isso responda pelo famoso aforismo de seu editor, Baptiste Louis Garnier: *“Romance é o osso, livro didático é a carne”*. O francês radicado no Brasil lançou e publicou a maioria dos romancistas importantes de seu tempo, tais como Joaquim Manuel de Macedo, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, Paulo Barreto (João do Rio) e o próprio Machado de Assis. Importante é frisar que se trata de autores frequentemente arrolados por Sinzig em seu *Guia para as consciências* e que, muito provavelmente, chegavam às mãos dos meninos nos bancos escolares, exatamente em virtude desta expansão do mercado editorial. Vale destacar, com Choppin:

Entretanto, a literatura escolar não é inume a influências exteriores: copia sistemas de controles de produção ou difusão, traduções ou adaptações de obras, da instalação de empresas ou de filiais. Assim, os manuais transcendem, paradoxalmente, as fronteiras nacionais: mesmo a afirmação de uma identidade nacional, à primeira vista singular, irreduzível, apoia-se em procedimentos comuns, na verdade copiados.⁶³

Muitos desses livros, avidamente analisados por Sinzig, sobretudo os publicados após 1889, foram instrumentos importantes na divulgação da ordem republicana – que tinha na escola o seu maior emblema para a instauração de uma nova sistemática social. A catástrofe da escassez de recursos para a instrução no período do Império ficara para trás, mas ainda assim o país se ressentia do legado funesto do “régio” tratamento às questões da educação: o proverbial despreparo das crianças em idade escolar, como bem aponta Carvalho: *“... casas sem ar e luz, meninos sem livros, sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias”*⁶⁴. Vemos, assim, como o objeto “livro” merece a atenção da nascente República, como forma de reparar esse fosso cultural na formação das novas gerações – desde que as obras contivessem noções de um nacionalismo exacerbado que coadunassem com o ideário vigente. Ideias

⁶³ CHOPPIN, Alain. “O historiador e o livro escolar.” In: Revista História da Educação. Pelotas, n.º 11, abril/2002, ASPHE/Fae/UFPel. p. 16

⁶⁴ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 24

ufanistas, aliás, a que Sinzig, enquanto censor, acaba por aderir, mesmo com todas as ressalvas à aluvião de publicações naturalistas que o clima republicano e anticlericalista fez propagar. Na acepção de Chartier, “*O livro procura sempre instaurar uma ordem, quer seja a ordem de sua decifração, a ordem segundo a qual deve ser entendido, ou a ordem determinada pela autoridade que o encomendou ou que o autorizou.*”⁶⁵

Frei Pedro Sinzig, autor dos mais publicados pela editora que foi a sua casa franciscana e da qual se tornou dos mais destacados gestores, se legitima, com seu portentoso *Guia*, como um juiz *das e para* as consciências. No rol de livros de *Através dos Romances...*, catalogados e julgados como obras recomendáveis ou não, do ponto de vista estritamente moral, fica implícita a aporia fundante de qualquer manual censório: uma tal carga de incitação que aguça a curiosidade, faz o despertar o desejo e a ânsia de ler, de conhecer o que foi proibido e por qual motivo. Afinal, dizer de um livro que ele é “*inofensivo*” ou, então, de outro, que “*não vale grande coisa*” pode pouco revelar a partir da perspectiva de um juízo crítico mais consistente... Mas, as metáforas sinzigueanas, instauradas de propósito através de um discurso peremptório, são capazes de uma loquacidade muito maior, que encontra ecos no imaginário dos leitores audazes, bem como no imaginário de uma época em que ainda era possível fazer vetar o verbo, em nome do “frade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADES, Marcelo Ferreira de. *Do claustro à Universidade: as estratégias editoriais da Editora Vozes na gestão de Frei Ludovico Gomes de Castro (1964-1986)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Orientador: Prof. Dr. Sérgio Capparelli.) Porto Alegre, 2001. Documento em PDF hospedado em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3502>; acesso em junho de 2010.

BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. “A leitura: uma prática cultural.” In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. pp. 231-253.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História.)

⁶⁵ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Passagens, 1997. p. 7

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel & Bertrand Brasil, 1988.

_____. *A ordem dos livros*. Lisboa: Passagens, 1997.

_____. "As práticas da escrita". In: _____. *Histórias da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHOPPIN, Alain. "O historiador e o livro escolar." In: Revista História da Educação. Pelotas, ASPHE/Fae/UFPEl, n.º 11, abril/2002, pp. 05-24.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. Leão XIII – Sobre a Imprensa. Petrópolis-RJ: Vozes, 11 de março de 1959.

HELLER, Barbara. *Em Busca de Novos Papéis: Imagens da Mulher Leitora no Brasil (1890-1920)*. Tese de Doutorado, Campinas/São Paulo, Pós-Graduação em Teoria Literária, UNICAMP, 1997. Documento em PDF hospedado em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000119332>; acesso em julho de 2010.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

LANG, Cíntia da Silva. "Bastidores da produção da Coleção Biblioteca das Moças." In: Anais da ALB. Documento em PDF hospedado em http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss02_02.pdf; acesso em julho de 2010.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Refúgios do eu – educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo. *As leituras da aluna de magistério: obrigação, vontade, possibilidade e escolha*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

NETO, Coelho. "A Conquista". Apud MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira*. São Paulo: Grijalbo/EDUSP, 1973.

PAIVA, Aparecida. *A voz do veto: a censura católica à leitura de romances*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PRIMITIVO, Moacyr. [A Instrução e as Províncias \(Subsídios para a História de Educação no Brasil\)](#). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 3 v.

RAMOS, Fernando César da Silva. "A leitura em movimento: estudo de um caso de censura no Brasil do século XIX." In: Revista Em Tese – Revista eletrônica editada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários da UFMG. Belo Horizonte, v. 9, pp. 115-124, dez. 2005. Hospedada em http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/publicacao002200.htm. (Acesso em junho de 2010.)

RIBAS, Ana Cláudia. *A "boa imprensa" e a "sagrada família": sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis – 1929/1959*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Catarina. (Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gláucia de Oliveira Assis.) Florianópolis, 2009. Documento em PDF hospedado em <http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/109320/A-034;boa-imprensa034;-e-a-034;sagrada-familia034;:-sexualidade--casamento-e-moral-nos-discursos-da-imprensa-catolica-em-Florianopolis- -19291959.html>; acesso em julho de 2010.

SANTOS, Maria Margarete. "Frei Pedro Sinzig – o apóstolo da boa imprensa." Trabalho apresentado no I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

SINZIG, Pedro. *Através dos romances: Guia para as consciências*. Petrópolis: Vozes, 1923.

VALDEZ, Diane. "Livros de leitura seriados para a infância: fontes para a história da educação nacional (1866/1930)." *In*: Revista Linhas (Eletrônica). Florianópolis, 2004. Documento em PDF hospedado em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1218/1032>; acesso em junho de 2010.